

**OFÍCIO Nº 542.**

**Assunto:** Resposta ao REQUERIMENTO nº 104/10

**De:** SEMMA

**Para:** Câmara Municipal de Ouro Preto

**Senhores Vereadores,**

Em resposta ao seu Requerimento nº104/10, vimos pela presente, **ESCLARECER** sobre o funcionamento do **ATERRO CONTROLADO** de Ouro Preto, descrevendo assim a história da evolução do aterro de Ouro Preto, a situação atual e o questionamento sobre multas.

Em 1996, foi eliminado o lixão de Ouro Preto e criado o 1º Aterro Sanitário com todas as determinações do COPAM, e com assessoria da UFOP. Uma das intenções foi encerrar a presença de catadores de refugo.

De 1997 a 2004, por diversas vezes o Aterro sanitário foi transformado em lixão, o que atraía a volta dos catadores, que tinham como única fonte de renda a catação.

Em 2001 por determinação da Lei 52/2001, toda cidade com mais de 50 mil habitantes era obrigada a fazer o seu aterro sanitário, retirando os catadores que ali viviam e dando estrutura para que os mesmos trabalhassem. A prefeita no exercício do mandato da época (2001-2004) moveu uma ação judicial para que as pessoas saíssem do “Lixão”.

Porém, isso não foi verificado e os catadores continuaram no local, havendo ainda a presença de muitos animais, como bois, cavalos e cachorros, o chorume não era drenada de forma adequada, a área não estava cercada devidamente e não havia placas de proibição de entrada.

Em 30 de Outubro de 2005 (prazo estipulado pela FEAM), os catadores saíram do Aterro Controlado de Ouro Preto devido aos trabalhos de sensibilização,



conscientização e capacitação coordenados pela Assessora de Educação Ambiental da SEMMA, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Assistência Social e Cidadania. Foram realizadas dinâmicas, diagnóstico rápido participativo (DRP), visita de catadores de outras cidades, visita de vereadores e do Prefeito em exercício, discussão de como funciona uma associação de catadores, debates sobre leis de retirada de pessoas do Aterro.

A partir deste momento o aterro de Ouro Preto é classificado como Controlado sobre a responsabilidade direta da Secretaria Municipal de Obras contando com um técnico do meio ambiente, dois motoristas e um vigia. Sendo que a Secretaria Municipal do Meio Ambiente tem o papel de articulação institucional e implementação do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos de Ouro Preto.

Atualmente o depósito de lixo da cidade de Ouro Preto possui a cobertura diária dos resíduos, drenagem de percolados (água de infiltração + chorume), drenagem de gás, sinalização interna, queima controlada do gás e tratamento de chorume.

Neste último caso especificamente, o chorume é tratado em um RAFA (Reator Anaeróbio de Fluxo Ascendente) acoplado em séries com grades, biofiltros e decantador.

Todo o sistema de drenagem de líquidos e gases do aterro foi construído através de escavações no solo e posteriormente preenchidos com pedras. A drenagem dos líquidos e gases é inserida entre os resíduos e interligados entre eles.

Para os gases foram utilizados tambores de 200 litros perfurados e para os líquidos tubos de PVC com Ø 100 mm que conduz o líquido drenado até o sistema de tratamento.

Para operação do aterro contamos com uma retro-escavadeira, um trator de esteira e um caminhão basculante.

Vale ressaltar que em épocas chuvosas a operação do aterro fica comprometida, devido a grande geração de lama e dificuldades de acesso.

Quanto à capacidade do aterro, atualmente recebemos 40 toneladas de resíduos por dia, tais resíduos são gerados na sede do município, seus 13 distritos, localidades e demais povoados. Podendo este valor ser alterado em eventos especiais como o carnaval, festival de inverno e demais festas típicas da cidade.



De acordo com estudo topográfico realizado em maio de 2009, o Aterro Controlado de Ouro Preto tem vida útil estimada para mais 5,7 anos, considerando um aumento na geração de resíduos de 3% ao ano.

Assim, o Ministério do Meio Ambiente irá auxiliar financeiramente a estruturação do aterro controlado utilizado pelo Município de Ouro Preto. Para isso, já foi contratada, através da CODEVASF, a empresa Equilíbrio Ambiental Ltda. EPP, contrato anexo, para atuar na execução dos serviços de elaboração de projeto básico e executivo de engenharia e estudos específicos para o licenciamento ambiental, até a emissão da licença de instalação, possibilitando a implantação de obras para um sistema integrado dos Resíduos Sólidos Urbanos nos municípios que compõem as bacias hidrográficas dos rios São Francisco e do Parnaíba.

Cumpre, contudo, informar que a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Paraíba – CODEVASF, órgão responsável pela contratação, fiscalização, inspeção e análise desta empresa, já reconheceu a situação do Município de Ouro Preto, determinando o auxílio que será enviado por este órgão para a criação de PEV Central, Remediação do Aterro Controlado, Unidade de compostagem e Unidade de Triagem.

O Município de Ouro Preto no âmbito do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do São Francisco e Paraíba foi contemplado com quatro projetos:

- Remediação do Aterro Controlado;
- Ponto de Entrega Voluntária – PEV;
- Galpão de Triagem para Coleta Seletiva;
- Unidade de Compostagem

Estes projetos são referentes às atividades de implementação dos empreendimentos de manejo de resíduos sólidos inseridos no PAC e através de formação dos Consórcios Intermunicipais, na qual a cidade de Ouro Preto está incluída.

Além disso, encontra-se em articulação através da Associação dos Municípios da Região dos Inconfidentes o Consórcio de Desenvolvimento da Região dos Inconfidentes-CODERI, consórcio que já possui personalidade jurídica e que privilegiará resíduos sólidos (construção de Usina), pendente, contudo, de aprovação pela Câmara Municipal de Ouro Preto para a participação do Município de Ouro Preto.

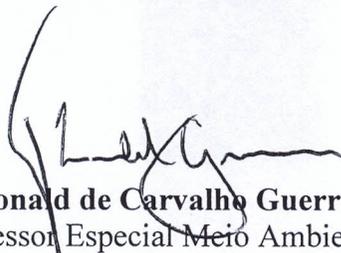


Quanto ao questionamento sobre o pagamento de multas informamos que houve uma vistoria da Feam em abril de 2010 e a mesma fez uma autuação devido a algumas irregularidades existentes na data, atualmente sanadas. A Prefeitura Municipal de Ouro Preto apresentou recurso fundamentando, principalmente, a pendência de análise pedido de licenciamento pelo órgão ambiental.

Esclarecemos que a municipalidade, através de recursos administrativos, anulou as autuações realizadas em vistorias anteriores pelo órgão ambiental com fundamento que o mesmo órgão ambiental deverá primeiro finalizar a análise do licenciamento ambiental do Município de Ouro Preto, para só então poder ser aplicada qualquer penalidade ao mesmo.

Segue em anexo fotos do aterro que era antes lixão e agora controlado. Dispomos para demais esclarecimentos, caso sejam necessários e, na mesma, renovamos a nossa estima e consideração.

Ouro Preto, 18 de Junho de 2010.



**Ronald de Carvalho Guerra**  
Assessor Especial Meio Ambiente

Câmara do Vereadores de Ouro Preto